



Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS) nº. 0224521/2019

PA COPAM Nº:	02670/2019/001/2019	SITUAÇÃO:	Sugestão pelo deferimento	
EMPREENDEDOR:	Prefeitura de Santana da Vargem	CNPJ:	18.245.183/0001-70	
EMPREENDIMENTO:	Prefeitura de Santana da Vargem - Distrito Industrial	CNPJ:	18.245.183/0001-70	
MUNICÍPIO:	Santana da Vargem	ZONA:	Urbana	
CRITÉRIO LOCACIONAL INCIDENTE: <ul style="list-style-type: none">• Não há incidência de critério locacional				
CÓDIGO	PARAMETRO	ATIVIDADES DO EMPREENDIMENTO (DN COPAM 217/17)	CLASSE	CRITÉRIO LOCACIONAL
E-04-02-2	Área total	Distrito industrial e zona estritamente industrial, comercial ou logística	2	0
CONSULTORIA/RESPONSÁVEL TÉCNICO Elton Chagas Silva (Eng. Ambiental)			REGISTRO CREA-MG 125.049/D	
AUTORIA DO PARECER Rogério Junqueira Maciel Villela Analista Ambiental Arquiteto e Urbanista especialista em Gestão Ambiental			MATRÍCULA 1.199.056-1	ASSINATURA
De acordo: Fernando Baliani da Silva Diretor Regional de Regularização Ambiental			1.374.348-9	



Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS) nº. 0224521/2019

A Prefeitura de Santana da Vargem requer autorização para a implantação de um distrito industrial em terreno situado à rodovia Claudionor Vasconcelos – MG-167, zona urbana do município de Santana da Vargem, na saída para Três Pontas. Em 09/04/2019 foi formalizado na Supram Sul de Minas o processo administrativo de licenciamento ambiental simplificado nº. 02670/2019/001/2019.

O empreendimento abrange terreno com área total de 3 ha, possuindo potencial poluidor médio e porte pequeno, sendo enquadrado como Classe 2. Em cumprimento à DN 2017/2017, Art. 19, tem vedado seu licenciamento mediante LAS/Cadastro, sendo automaticamente reorientado para LAS/RAS.

Não há incidência de critério locacionais.

Este Parecer Técnico não autoriza qualquer tipo de intervenção em Área de Preservação Permanente – APP e/ou qualquer supressão de vegetação nativa, incluindo indivíduos arbóreos isolados.

Como principais impactos inerentes à atividade e devidamente mapeados no RAS tem-se a geração de resíduos da construção civil e efluentes líquidos.

Os resíduos da construção civil, do tipo Classe A, serão gerados com as obras para implantação da infraestrutura necessária, como de saneamento, abastecimento de água, pavimentação, drenagem pluvial e de iluminação. Tais resíduos, quando não utilizados nos aterros necessários à conformação do terreno, deverão ser encaminhados a um aterro licenciado, conforme sua classe, nos termos da Resolução CONAMA 307/2002.

Já os efluentes líquidos de origem sanitária serão gerados pelos funcionários da obra, para os quais serão disponibilizados sanitários químicos, cuja coleta deverá se dar por empresa especializada.

Cita-se, ainda, que outros impactos ambientais relevantes não foram identificados, fato este que corrobora para o posicionamento técnico favorável à concessão da licença ambiental pleiteada.

Em conclusão, com fundamento nas informações constantes do Relatório Ambiental Simplificado (RAS), sugere-se a **concessão** da Licença Ambiental Simplificada para a **Prefeitura Municipal de Santana da Vargem – Distrito Industrial**, para a atividade de “**Distrito industrial e zona estritamente industrial, comercial ou logística**” no município de **Santana da Vargem**, pelo **prazo de 10 anos**, vinculada ao cumprimento das condicionantes estabelecidas no anexo deste parecer, bem como da legislação ambiental pertinente.



ANEXO I

Condicionantes para Licença Ambiental Simplificada do Distrito Industrial do município de Santana da Vargem

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
01	Apresentar relatório técnico-fotográfico comprovando a implantação da infraestrutura do distrito industrial, como estruturas de saneamento, abastecimento de água, pavimentação, drenagem pluvial e iluminação.	Previamente ao início da Operação.
02	Apresentar documento que ateste o envio dos resíduos da construção civil – Classe A - a aterro devidamente licenciado e a coleta dos efluentes sanitários por empresa especializada.	Previamente ao início da Operação.

* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de publicação da Licença na Imprensa Oficial do Estado.

IMPORTANTE

Qualquer mudança promovida no empreendimento que venha a alterar a condição original do projeto das instalações e causar interferência neste programa deverá ser previamente informada e aprovada pelo órgão ambiental.